

Procuradoria
Geral do
Estado



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

PORTARIA Nº 01 - GAB, de 02 de janeiro de 2023

A **PROCURADORA-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, I, da Lei Complementar estadual nº 58, de 4 de julho de 2006, resolve:

Art. 1º Fica instituído o “Programa de Estudos Dirigidos” desta Procuradoria-Geral do Estado, atividade de caráter educacional, social e de formação do conhecimento jurídico e do pensamento crítico, em debates plurais, a ser organizado e conduzido pelo Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR), consoante as diretrizes estabelecidas na presente Portaria.

Parágrafo único. O Programa de que trata o *caput* deste artigo compreende a realização de aulas, encontros, oficinas e seminários, com periodicidade quinzenal ou inferior, a depender de ato da Chefia do CEJUR, com o fim de discutir e difundir temas e assuntos de Direito Público, por meio da interação dos alunos com Procuradores do Estado, em processo de aprendizagem com método participativo, de modo a permitir a construção coletiva do conhecimento.

Art. 2º São destinatários do “Programa de Estudos Dirigidos” os servidores administrativos e estagiários de graduação e pós-graduação desta Procuradoria-Geral, no quantitativo de até 80 (oitenta) vagas, bem como cidadãos sem vínculo jurídico com o Estado de Goiás e que preencham os respectivos requisitos de elegibilidade (cotistas), no total de 30 (trinta) vagas.

§ 1º É facultativa a participação dos servidores administrativos e estagiários de graduação e pós-graduação desta Procuradoria-Geral, mediante inscrição prévia. A participação nos encontros, durante ou fora da correspondente jornada de trabalho, não importará na assunção de quaisquer ônus financeiros para o Estado de Goiás.

§ 2º O superior hierárquico do servidor ou estagiário de graduação ou pós-graduação deverá autorizar previamente a sua participação.

Art. 3º Como medida de estímulo à diversidade racial e socioeconômica e de redução das desigualdades, poderão participar do Programa de que trata esta Portaria, na condição de público externo, cidadãos que, dispostos ao aprendizado em Direito Público e residentes no Estado de Goiás, pertençam aos seguintes grupos sociais:

I – estudantes de graduação em Direito que sejam afrodescendentes: 5 (cinco) vagas

II – bacharéis em Direito que sejam afrodescendentes, sem inscrição na OAB: 5 (cinco)

vagas

III – estudantes de graduação em Direito que sejam portadores de deficiência (PCD): 5 (cinco) vagas;

IV – bacharéis em Direito que sejam portadores de deficiência, sem inscrição na OAB (PCD): 5 (cinco) vagas;

V – estudantes ou bacharéis em Direito que sejam indígenas ou quilombolas, sem inscrição na OAB: 6 (seis) vagas

VI – estudantes ou bacharéis em Direito que sejam travestis ou transexuais, sem inscrição na OAB: 4 (quatro) vagas.

§ 1º Na hipótese dos incisos I, II e V, o interessado apresentará autodeclaração, podendo, a critério do CEJUR, ser realizada análise fenotípica, para constatação da condição de afrodescendente (negro ou pardo), indígena ou quilombola.

§ 2º Na hipótese dos incisos III e IV, o interessado deverá apresentar laudo médico, com identificação da deficiência de que padece, com aplicação, por analogia, da Lei estadual nº 14.715, de 4 de fevereiro de 2004.

§ 3º Na hipótese do inciso VI, o interessado apresentará autodeclaração.

§ 4º Remanescendo vagas destinadas aos grupos de que tratam os incisos do *caput* deste artigo, poderá o CEJUR promover redistribuição entre os cotistas.

Art. 4º Na última semana de janeiro e julho de cada ano, o CEJUR publicará informes e anúncios no sítio eletrônico e nas redes sociais da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás, com o fim de dar publicidade da abertura de chamadas para a participação de interessados (público interno e externo).

§ 1º Em havendo número de interessados superior ao quantitativo de vagas ofertadas, e não sendo aplicável o disposto no § 4º do art. 3º desta Portaria, a seleção do público externo será feita por meio de entrevista e análise curricular, devendo preponderar, como critério de escolha, o grau de vulnerabilidade do interessado e as condições sócio-econômicas do grupamento familiar.

§ 2º Não haverá quaisquer custos para os públicos interno e externo participantes do Programa, e os alunos não precisam adquirir nenhum tipo de material didático.

Art. 5º As aulas e os encontros do “Programa de Estudos Dirigidos” serão conduzidos por Procuradores do Estado designados pelo CEJUR, competindo a este, com o apoio da Superintendência de Gestão Integrada (SGI), disponibilizar toda a infraestrutura necessária para o bom andamento dos trabalhos.

Parágrafo único. Os Procuradores do Estado que atuarem como instrutores perceberão gratificação por encargo de curso, na forma da Portaria nº 365/2018-PGE.

Art. 6º O 1º (primeiro) ciclo do Programa, em caráter experimental e para avaliação do impacto, contará com no máximo 10 (dez) encontros. Os demais ciclos, caso a decisão administrativa seja de com o Programa prosseguir, terão entre 15 (quinze) e 20 (vinte) encontros.

§ 1º A permanência no Programa, tanto para o público interno como para o externo, depende de frequência mínima de 70% (setenta por cento) às aulas e aos encontros estabelecidos pelo CEJUR.

§ 2º O cumprimento da frequência mínima fixada garante ao participante, ao final do Programa, o correspondente certificado de participação.

Art. 7º O repositório de temas a serem abordados nas aulas e nos encontros serão definidos pelo CEJUR, tendo sempre em conta a atualidade, relevância e pertinência com assuntos

relacionados a Direito Público, designadamente nas áreas de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário e Direito Processual Civil.

Art. 8º O Programa será realizado presencialmente em Goiânia, na sede da Procuradoria-Geral do Estado, ou, excepcionalmente, em outro local a ser previamente divulgado.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela Chefia do CEJUR, que poderá, em detalhamento, editar os necessários atos regulamentares.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na da data de sua publicação.

JULIANA PEREIRA DINIZ PRUDENTE
Procuradora-Geral do Estado



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA PEREIRA DINIZ PRUDENTE, Procurador (a) Geral do Estado**, em 02/01/2023, às 15:30, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000036617653** e o código CRC **33875495**.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DO ESTADO
RUA 02 Nº 293 Qd.D-02 Lt.20, ESQUINA COM AV. REPÚBLICA DO LÍBANO, ED. REPUBLIC TOWER - Bairro SETOR
OESTE - GOIANIA - GO - CEP 74110-130 - .



Referência: Processo nº 202200003024248



SEI 000036617653